

Pr. Leandro B. Peixoto

Segunda Igreja Batista em Goiânia

www.sibgoiania.org

6 de dezembro de 2020

[OS SOLAS DA REFORMA PROTESTANTE]

Msg. 07

SOMENTE A BÍBLIA [PT 1]

– E A CRISE DA VERDADE

[Gálatas 1.6-9] ⁶Admiro-me que vocês estejam se afastando tão depressa daquele que os chamou para si por meio da graça de Cristo. Vocês estão seguindo um caminho diferente que se faz passar pelas boas-novas, ⁷mas que não são boas-novas de maneira nenhuma. Estão sendo perturbados por aqueles que distorcem deliberadamente as boas-novas de Cristo. ⁸Que seja amaldiçoado qualquer um, incluindo nós, ou mesmo um anjo do céu, que anunciar boas-novas diferentes das que nós lhes anunciamos. ⁹Repito o que disse antes: se alguém anunciar boas-novas diferentes das que vocês receberam, que seja amaldiçoado.

A CRISE DA VERDADE

“Que é a verdade?” — Foi a pergunta que Pôncio Pilatos (governador da província romana da Judeia) fez a Jesus no tribunal (Jo 18.38).

Questionamentos em torno da verdade é algo que acompanha o ser humano desde Adão e Eva, quando Satanás, possuindo o corpo da serpente, indagou a mulher no Eden: “Deus realmente disse [é verdade que ele disse] que vocês não devem comer do fruto de nenhuma das árvores do jardim?” (Gn 3.2). Desde então o tema vem sendo batido e estudado, sobretudo à partir dos filósofos gregos no início do século VI a.C.

Tales de Mileto é reconhecido como o primeiro filósofo, mas foi Pitágoras que cunhou o termo “filosofia”, uma junção das palavras “*philos*” (amor) e “*sophia*” (conhecimento ou sabedoria), que significa “amor ao conhecimento” ou “amor à sabedoria”. Desse ponto em diante – entre o final do século VII a.C. e o século VI a.C. – a filosofia tornou-se a atividade do conhecimento que se dedica a compreender, identificar e comunicar a realidade, a verdade sobre todas as coisas através de conceitos lógico-rationais. Impor-

tante: ela surgiu do abandono gradativo das explicações dadas pela mitologia (desmitificação) e da busca por um conhecimento “seguro” da verdade.

Indagações a respeito da verdade persistem até a atualidade, em todos os níveis – do adolescente que começa a soltar as mãos da de seus pais para viver os sonhos do próprio coração ao inquiridor acadêmico que procura sistematizar o conhecimento pela pura razão. Todo mundo está em busca da verdade.

Mas... Que fazer quando a verdade está em crise?

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA)¹, por exemplo, em novembro de 2019, realizou uma semana de estudos com o propósito de “aprofundar e discutir questões relacionadas com a verdade e a pós-verdade por meio do conhecimento filosófico”. Concomitante àquela que foi a XXIII Semana de Filosofia, realizou-se o I Seminário de Pesquisa Filosófica, cuja temática foi “Filosofia e Crise: ensino, escola, currículo”. Luciano Façanha, coordenador das atividades, explicou a razão para o tema, dizendo:

Este ano, o evento aborda todas as questões que envolvem a verdade, principalmente a *crise da verdade no tempo contemporâneo*. Nós vivemos em um momento chamado de *pós-verdade*, por isso vamos trabalhar essa temática em vários âmbitos, como o da estética, da política, da moral, da religião, entre outros. É muito importante abordar esse assunto neste momento do Brasil.

Duas expressões nesta argumentação me chamam especialmente a atenção: crise e pós-verdade. *Crise* todos nós sabemos o que é: um estado de incerteza. Agora, que é pós-verdade? *Pós-verdade* é um neologismo que descreve a situação na qual, na hora de criar e modelar a opinião pública, *os fatos objetivos têm menos influência que os apelos às emoções e às crenças pessoais*. Realmente, este é um problema que todos constatamos no aumento das *fake news* ou falsas notícias.

Entretanto, a maior crise não é a manobra oculta, a manipulação que notícias falsas ou verdadeiras exerce sobre as pessoas. Crise maior está na fonte da verdade: que é a verdade? quem tem a verdade? a quem, a quê ou aonde recorrer em busca da verdade? como encontrar a verdade?

Neste mundo pós-verdade no qual vivemos, a verdade não está em um texto, por exemplo. A fonte da verdade são os sentimentos ou as emoções do indivíduo. Textos até podem ser importantes, mas serão verdadeiros tão somente quando tocar ou evocar os sentimentos do leitor. Se você tem dúvida a este respeito, preste atenção ao que argumentou uma professora de filosofia da UFMA. O minicurso que ela lecionou naquela semana filosófica tinha como tema “Verdade e Poesia”. O objetivo da acadêmica era relacionar a verdade com a poesia, considerando *o paradigma da hermenêutica contemporânea*

¹ Fonte: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=55220>

nea dos filósofos Hans Georg-Gadamer (Alemanha, 1900–2002) e Paul Ricoeur (França, 1913–2005). Eis o que Rita de Cássia Oliveira relatou:

Nós queremos exatamente desmistificar a questão da verdade trazendo para a Universidade temas que são contemporâneos, como a poesia e a preocupação com a verdade. Para conseguir isso, nós fazemos uso, nesse minicurso, da metáfora, pois ela pode nos mostrar que *na poesia também existe verdade, a partir do momento em que somos tocados por sentimentos criados por ela.*

Ora, se a verdade existe “a partir do momento em que somos tocados por sentimentos criados por ela [a mídia, o meio, a poesia]”, qual, de fato, é a fonte da verdade? O texto ou eu mesmo, meus sentimentos? Pela lógica dessa “nova” hermenêutica, claro que *eu mesmo* sou a fonte da verdade! Quando muito, o texto ou a mídia servirá apenas como estímulo para algo que já está lá dentro de mim, e que apenas precisa ser despertado.

Essa é a crise da verdade na qual vivemos: cada um carrega dentro de si a sua própria verdade na busca pela descoberta de algo mais profundo, uma verdade mais profunda e mais rica que excede o método científico. Textos ou quaisquer outros veículos de comunicação – qualquer revelação, conselho, religião ou afirmação – servirão apenas “a partir do momento em que somos tocados por sentimentos criados” por eles.

Pergunta: o que esperar de um mundo assim? Caos! Misticismo e caos.

A AUTORIDADE MÁXIMA

Vivemos em um mundo cheio de reivindicações de verdades concorrentes – i.e., cada um com a sua própria verdade. Todos os dias nós somos bombardeados com declarações de que uma coisa é verdadeira, enquanto a outra é falsa. Dizem-nos no que acreditar e no que não acreditar. Pedem-nos que nos comportemos de um jeito ao invés de outro.

Como filtraremos todas essas alegações? Como as pessoas saberão o que pensar a respeito, por exemplo, de sexualidade, raça, moralidade, relacionamentos, origem do universo, Deus e uma infinidade de outras questões importantes? Para responder a essas perguntas, precisaremos de algum tipo de norma, padrão ou critério ao qual possamos recorrer. Em outras palavras: precisaremos de uma autoridade máxima.

É claro que todo mundo tem algum tipo de norma suprema à qual recorrer, quer estejam cientes ou não do que venha a ser essa norma. Algumas pessoas recorrem à *razão* e à *lógica* puras para julgar essas alegações de verdades concorrentes (é o racionalismo). Outras recorrem a *si mesmas*, ao senso de experiência subjetiva, sensorial ou pessoal (é o experiencialismo). Também há aqueles que recorrem à *cultura de origem* (é o tradicionalismo) ou mesmo à *evolução* do tempo e das ideias (é o liberalismo). Embora haja alguma verdade em cada uma dessas abordagens, os cristãos têm historicamente

rejeitado todas elas como o padrão último ou decisivo para o conhecimento. — Em vez disso, o povo de Deus tem afirmado universalmente que há apenas uma coisa que pode legitimamente funcionar como o padrão supremo, a autoridade máxima, a saber: a palavra de Deus. Não pode haver nenhuma autoridade maior a que o próprio Deus revelou nas páginas das Escrituras Sagradas.

O ENTENDIMENTO SOBRE A BÍBLIA ANTES DA REFORMA²

Diferente do que comumente se pensa, no período anterior à Reforma Protestante se reconhecia a inspiração divina e a autoridade das Escrituras. Por exemplo, em uma carta destinada a Jerônimo, em 405 d.C., Agostinho (354-430) escreveu o seguinte:

Eu aprendi a atribuir àqueles livros que são de classificação canônica, e somente a eles, tal reverência e honra, a firme crença de que em nenhum deles ocorre um único erro devido ao autor. E, quando sou confrontado nestes livros com qualquer coisa que pareça estar em desacordo com a verdade, não hesito em atribuir isso quer ao resultado da utilização incorreta de um texto, quer ao fracasso de um comentarista em explicar as palavras ou à minha própria compreensão equivocada da passagem.

Já no período medieval, Hugo de São Vítor (c. 1096-1141) declarou:

A única Escritura que é corretamente chamada de divina é aquela inspirada pelo Espírito de Deus e proferida por aqueles que falam pelo Espírito de Deus; ela torna divina a humanidade [santifica o homem], reformando-a à imagem de Deus mediante a instrução do conhecimento e a exortação ao amor. Tudo o que é ensinado nela é verdade; tudo quanto é ordenado é bondade, tudo o que é prometido é felicidade.

Cerca de uma geração depois, Ricardo de São Vítor (m. 1173) também afirmou:

Qualquer verdade que a autoridade das Escrituras não confirme é suspeita a meus olhos; eu não recebo Cristo em seu esplendor, a menos que Moisés e Elias estejam presentes. [...] Eu não recebo Cristo sem uma testemunha. Nenhuma aparente revelação é ratificada sem o testemunho de Moisés e Elias, sem a autoridade das Escrituras.

Mesmo durante a Escolástica, época reconhecida por sua teologia especulativa, com amplo emprego da filosofia grega, sobretudo Aristóteles, muitos dos grandes teólogos refletiram profundamente sobre a natureza e a função da Escritura e sobre a forma mais adequada para o seu ensino. Por exemplo, em sua *Suma Teológica*, Tomás de Aquino (1225-1274) é bem categórico ao declarar que

Não podemos dizer com verdade que o Evangelho ou qualquer Escritura canônica afirmem alguma falsidade, nem que os seus autores disseram alguma mentira; porque então desapareceria a certeza da fé, que se apoia na autoridade da Sagrada Escritura.

² Fonte: <https://fabapar.com.br/blog/sola-scriptura-a-visao-dos-reformadores-acerca-da-biblia/>

Portanto, embora os exemplos citados sirvam apenas de amostragem, não restam dúvidas de que os teólogos anteriores à Reforma Protestante reconheciam a veracidade e a autoridade da Bíblia Sagrada tal como a recebemos. — Então, antes da Reforma, onde residia o problema sobre a autoridade da Bíblia?

Eram basicamente dois os problemas: (1) a autoridade da igreja e (2) da experiência pessoal ficava acima do texto puro e simples da Bíblia Sagrada. A Escritura não era decisiva enquanto revelação – a *igreja* e a *experiência pessoal* é que eram decisivas.

Passemos a um desses erros de cada vez. Depois traçaremos alguns paralelos ao presente estado do mundo evangélico.

A autoridade da Igreja Católica Romana sobre a Bíblia

Acreditava-se que a autoridade das Escrituras deveria ser equilibrada e normatizada no contexto da AUTORIDADE DA IGREJA. Em outras palavras: o entendimento da época era que a Igreja Católica produz o contexto adequado para a leitura, a compreensão e o apelo das Escrituras.

Já em meados do século III, Cipriano (fal. 258) escreveu que “a igreja é representada em seu bispo e a definição por eles tem caráter de lei”. Gabriel Biel (c. 1420-1495), fundamentando sua tese nos escritos de Basílio de Cesareia (c. 330-379), ensinou que a tradição era uma segunda fonte distinta de ensinamento autorizado, ao lado da Escritura. Nesse sentido, a tradição era caracterizada como “irrenunciável para entender a Escritura”, colocando-se Escritura e tradição dos pais da igreja, na prática, no mesmo nível de autoridade. Resultado: os pais da igreja eram decisivos, não a Escritura.

Além disso, havia a crença na existência de uma tradição não escrita transmitida oralmente pelos pais da igreja, que remontava aos apóstolos e ao próprio Cristo. Em sua polêmica contra os gnósticos, Irineu (130-202) apelou para “essa tradição que é derivada dos apóstolos” e “preservada publicamente nas igrejas que permanecem na herança dos apóstolos”. Ou seja: ele cria que essa tradição remontava ao próprio Cristo, que havia transmitido aos apóstolos, os quais, por sua vez, repassaram aos seus próprios discípulos e estes às gerações seguintes, numa sucessão ininterrupta e preservada na igreja. De acordo com o próprio Irineu, essa tradição fornecia o parâmetro correto pelo qual Antigo e Novo Testamento deveriam ser interpretados.

Depois de Irineu, outros pais, tais como Tertuliano (160-220) e Orígenes (185-254) confirmaram e desenvolveram o conceito de tradição apostólica.

Quer ver uma coisa?

A primeira história da igreja, escrita por Eusébio de Cesareia (263-339), inicia declarando “as sucessões dos santos apóstolos” e afirmando a “continuidade apostólica das instituições e ensinamentos das verdadeiras igrejas”.

Durante todo o período medieval havia, portanto, a crença na existência de “uma cadeia contínua de doutrina ortodoxa transmitida por intermédio dos pais da igreja”, que remontava aos apóstolos e, por sua vez, ao próprio Cristo. O problema, portanto, residia em que, para a maioria, essa tradição interpretativa era também inspirada pelo Espírito Santo e possuía tanta autoridade quanto a tradição escrita expressa na Bíblia.

Ademais, durante todo o período medieval prevaleceu o método quádruplo de interpretação bíblica, que era usado para legitimar os dogmas estabelecidos pela tradição teológica da igreja. Desse modo, acreditava-se que todo texto bíblico possuía quatro sentidos: o literal ou gramatical, o alegórico ou espiritual, o tropológico (figurado) ou parentético (intercalar), e o anagógico (místico) ou escatológico. Esses quatro sentidos eram manipulados pelo magistério da igreja (os bispos sob o bispo supremo, o papa) para comprovar os dogmas que não podiam ser claramente percebidos por uma leitura literal do texto bíblico.

Finalmente, a autoridade das Escrituras era, em muitos casos, confundida com a autoridade da *Vulgata* latina (tradução da Bíblia em latim), tida como a Bíblia oficial da igreja. Essa era a versão que o magistério lia para fundamentar as doutrinas da igreja. Ela também era lida na liturgia da igreja. Porém, havia vários termos traduzidos pela *Vulgata* que não correspondiam ao sentido original da palavra grega, confundindo, portanto, os leitores comuns. Por exemplo, a palavra grega *metanoia* (mudança, arrependimento) era traduzida por “fazer penitência”; o termo *mysterion*, por “sacramentum”; o verbo *dikaioô* era traduzido por “justificar” (no sentido de “fazer justo” e não, como no grego, “declarar justo”), entre outros.

Portanto, embora a igreja medieval nunca tenha se definido oficialmente como estando acima das Escrituras, julgou-se como a instância autoritativa decisiva de interpretação da Bíblia, dando a ela o sentido final que lhe interessava ou lhe parecia o melhor. O entendimento era de que “a interpretação dada pelo magistério eclesiástico é correta, autoritativa e incorrigível”, não admitindo contestação. Isso, obviamente, servia na prática como lentes hermenêuticas ou de interpretação que condicionavam o entendimento dos textos, que eram sempre lidos à luz dos dogmas já estabelecidos pela Igreja.

A autoridade da experiência pessoal sobre a Bíblia

Enquanto os reformadores enfrentavam os desafios católico-romanos à autoridade, clareza e suficiência da Bíblia como ela é e está, alguns anabatistas também minavam o

sola Scriptura – e o faziam por meio de apelos à REVELAÇÃO EXTRABÍBLICA e pela criação de uma multidão de seitas individualistas lideradas por profetas carismáticos. Lutero e Calvino os denominavam “entusiastas” ou “fanáticos”.

O fator determinante para a interpretação bíblica desse grupo era, conforme criam e pregavam, a possibilidade de se receber revelações diretas de Deus e que teriam ascendência sobre a palavra externa, estariam acima do texto bíblico puro e simples. Um texto frequente entre eles era “a letra mata, mas o Espírito vivifica” (2Co 3.6).

Thomas Müntzer (1490–1525) foi um dos primeiros teólogos alemães da era da Reforma. Entre 1517 e 1520, tornou-se adepto à causa de Lutero. Contudo, virou-se contra o capitão da Reforma, escrevendo vários textos contra Lutero, e passou a apoiar os anabatistas.

Assim como Lutero, Müntzer passava, àquela época inicial, por profundas dúvidas. Mas enquanto Lutero queria entender Deus pelas Escrituras – pela iluminação do Espírito na leitura e no estudo das Escrituras –, Müntzer, cheio de sentimentos de culpa e de pavor, desesperava-se por não possuir a Deus e o seu poder, martirizando-se com a dúvida sobre a doutrina de Cristo ser ou não procedente de Deus.

Müntzer voltou-se para os místicos alemães. Na leitura desses livros, ele encontrou a afirmação de que Deus primeiro lança todos os seus amigos na noite do desespero, antes de permitir que o sol brilhe sobre eles – e era assim no breu do sofrimento que Müntzer se achava. Ele também encontrou, nos livros dos místicos, a afirmação de que o eterno Deus se revela aos seus no mais profundo da alma, sem meios exteriores (sem a Bíblia, por exemplo). Ou seja: o homem pode sentir Deus e ter certeza absoluta dele, e para isso é preciso abandonar tudo o que não é Deus (inclusive o texto bíblico).

A concepção de Müntzer era de que, para se ouvir a palavra interna, necessário era chegar-se ao “abismo da alma”, sem o quê ninguém poderá dizer algo profundo a respeito de Deus, “ainda que haja devorado cem mil Bíblias” — como ele dizia. Isto porque, para ele, a verdadeira palavra não se encontra nem na letra da Escritura, nem na luz natural da razão, mas no coração humano, e o homem somente se apercebe dela quando Deus lhe envia o impulso ao coração. Esse impulso “é cruz, necessidade e aflição”.

Se influenciado por esse tipo de pensamento místico ou não, nós não sabemos, a bem da verdade é que John Smyth – um dos pais do movimento batista inglês (à partir de 1609, quando ele se auto-batizou em Amsterdã na Holanda) –, dentre outras esquisitices, para não dizermos erros, ensinou que o verdadeiro culto vinha do coração e, portanto, qualquer forma de leitura no culto era mera invenção do homem pecador. É verdade que ele estava se contrapondo ao uso do Livro de Oração Comum imposto pela coroa às igrejas. O problema é que Smyth foi um pouco longe demais – por exemplo, orar, cantar

e pregar deveriam ser atos completamente espontâneos. Ele foi tão longe que passou a não permitir sequer a leitura da Bíblia durante o culto, uma vez que considerava as traduções inglesas das Escrituras algo muito aquém da palavra direta de Deus. Próximo do fim de sua vida, Smyth se arrependeu do ato de se auto-batizar e buscou membresia em uma congregação anabatista holandesa.

As autoridades que hoje se colocam sobre a Bíblia

Guardadas as proporções, as mesmas autoridades que antes e durante a Reforma se colocavam sobre a autoridade decisiva *somente da Bíblia* inda hoje permanecem. A *Declaração de Cambridge* foi cirúrgica, quando sintetizou alguns dos problemas contemporâneos.

Somente a Bíblia é a regra inegociável da vida da igreja, e muitas delas afirmarão que sim, é verdade, somente a Bíblia!, mas a igreja evangélica atual fez separação entre a Bíblia e sua função oficial. Por vezes demais, na prática, a igreja é guiada pela cultura, por outras ciências, teorias ou ideologias. Técnicas terapêuticas, estratégias ou ferramentas de gestão e *marketing*, além do ritmo mesmo do mundo do entretenimento e das ideologias múltiplas deste tempo, tantas vezes têm mais voz naquilo que a igreja é ou deve ser, em como ela deve funcionar e agir, e no que ela tem a pregar e oferecer, do que a palavra de Deus mesma tem a ensinar explicitamente ou como princípios reguladores. Resultado: à medida que a autoridade e a suficiência bíblicas foram abandonadas na prática, que a verdade bíblica se enfraqueceu na consciência cristã e que doutrinas perderam a proeminência, a igreja foi cada vez mais esvaziada de sua integridade, autoridade moral e discernimento. Tornou-se insípida.

Assim como nos dias de Lutero, em nossos dias também, a Palavra e o Espírito muitas vezes são colocados um contra o outro naquilo que lamentavelmente é chamado de “avivamento”, “novo mover de Deus” ou “experiência mais profunda” com Deus. Pontos de vistas errôneos, ou mesmo pagãos, sobre orientação do alto, direção divina, além de alegações de se ter recebido revelação direta do Espírito contribuem para o caos que está posto diante dos nossos olhos. O pior de tudo é que hoje, mesmo os evangélicos que se dizem mais ortodoxos ou reformados, muitas vezes confiam tanto quanto os carismáticos nas experiências subjetivas, nos sentimentos e preferências pessoais como sendo decisivos, refletindo ser devedores de uma cultura ora comercial, ora mística e pagã, e por vezes ambas.

A Escritura Sagrada deve nos levar além de nossas necessidades percebidas para nossas necessidades reais – quais sejam: regeneração, salvação, justificação, santificação e glorificação –, e nos libertar do hábito de nos enxergarmos por meio das imagens político-ideológicas, sedutoras, clichês, ou das promessas e prioridades da cultura mas-

sificada. É somente à luz da verdade de Deus que nós nos entendemos corretamente e abrimos os olhos para a provisão do Senhor para nós mesmos e para a nossa sociedade.

A Bíblia, portanto, precisa ser ensinada e pregada na igreja. Os sermões precisam ser exposições da Bíblia e de seus ensino práticos, não a expressão de opiniões pessoais ou de ideias da época. Não devemos aceitar menos do que aquilo que Deus nos tem dado em sua Palavra.

A obra do Espírito Santo na experiência pessoal não pode ser desvinculada da Escritura. O Espírito não fala de forma regeneradora e santificadora em formas que independem da Bíblia. À parte da Escritura nós nunca teríamos conhecido a graça de Deus em Cristo. A palavra bíblica, e não a experiência espiritual, é o teste da verdade.

Por ora, paremos por aqui. Deus permitindo, concluiremos hoje à noite.

Finalizo esta primeira parte de nosso estudo *Somente a Bíblia* com uma afirmação de Lutero que, penso, amarra bem, em forma de aplicação, tudo o que vimos até o momento. À mesa com alunos e amigos, certa vez falou de forma inspiradora sobre a Bíblia:

Ó, quão grande e glorioso é ter perante si a palavra de Deus! Com ela podemos a todo tempo nos sentir jubilosos e seguros; jamais precisamos estar necessitados de consolação, pois vemos à nossa frente, em todo seu fulgor, o caminho puro e reto. Aquele que perde de vista a palavra de Deus cai em desespero; a voz do céu não mais o sustenta; ele segue apenas as inclinações desregradas de seu coração e a vaidade do mundo, que o conduzem à própria destruição.

Portanto, “que seja amaldiçoado qualquer um, incluindo nós [autoridades apostólicas], ou mesmo um anjo do céu [experiência pessoal com Deus], que anunciar boas-novas diferentes das que nós lhes anunciamos. Repito o que disse antes: se alguém anunciar boas-novas diferentes das que vocês receberam, que seja amaldiçoado.

S.D.G. L.B.Peixoto